

Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim - CNPJ:27.193.705/0001-29 - Cachoeiro de Itapemirim-ES



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Administradores do
HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Cachoeiro de Itapemirim (ES)

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, doravante denominado "Hospital" ou "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, em 31 de dezembro de 2024, e o desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, consubstanciadas na Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1) e nas normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities - IFRS for SMEs, emitidas pelo "International Accounting Standards Boards – IASB".

Base para opinião com ressalva

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 o Hospital mantinha registrado o saldo de R\$ 49.307.645 de ativo imobilizado e de R\$ 1.580.000 de ativo intangível. No curso do exercício de 2024, o Hospital iniciou processo de reestruturação dos controles relacionados aos bens integrantes do seu ativo imobilizado e intangível, incluindo o seu inventário e adequações do sistema eletrônico de processamento de dados, o qual se acha em andamento. De acordo com manifestação da administração da Entidade, tão logo a implementação do citado procedimento seja completada, avaliará se há ou não indicativos de perda por não recuperabilidade de tais ativos e, conforme o caso, submeterá-los-á ao teste de recuperabilidade (*impairment*), conforme requer a Seção 27, da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 1000 (R1). Dessa forma, não foi possível obtermos evidência apropriada e suficiente de auditoria que nos permitisse concluir sobre a adequação dos valores dos ativos imobilizado e intangível registrados nas demonstrações financeiras.
- (b) Na mesma data, a Entidade mantinha registrado em suas demonstrações financeiras o saldo de R\$ 20.544.249 relacionados a serviços médicos prestados gratuitamente à coletividade (atendimento pelo SUS), em períodos pretéritos. De acordo com a administração da Entidade, desde então, os valores envolvidos estão sendo objeto de cobrança à Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, a qual sinalizou que irá proceder a compensação ao Hospital, restando apenas a formalização do aludido compromisso. Também mantinha registrado os seguintes valores: (i) R\$ 3.925.645 inerentes a glosas aplicadas por operadoras de planos de saúde, que questionam determinados gastos incorridos pelo Hospital em procedimentos médicos aplicados no atendimento a usuários dos seus planos de saúde, os quais estão sendo objeto de recursos; (ii) R\$ 3.557.256 de adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais e medicamentos; (iii) R\$ 27.993.425 de subvenções a realizar; e (iv) R\$ 16.888.122 de receitas de subvenções a realizar, sendo que, os referidos nos itens (ii) a (iv) estão sendo objeto de conciliação com os respectivos controles internos. Dessa forma, não foi possível obtermos evidência apropriada e suficiente de auditoria que nos permitisse concluir sobre a adequação dos saldos aqui mencionados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 9.i às demonstrações financeiras, na qual consta a divulgação de que a Entidade se acha envolvida em demandas judiciais nas esferas cível e trabalhista, no montante de R\$ 12.547.859 que na opinião dos seus assessores jurídicos, são consideradas como sendo de possível perda, circunstância que não requer a constituição de provisão. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores, os quais emitiram relatório datado de 20 de março de 2024, com opinião não modificada.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades sem finalidade e lucros, consubstanciadas na Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1) e com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities - IFRS for SMEs, emitidas pelo "International Accounting Standards Boards – IASB", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Hospital continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Hospital ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Hospital são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Hospital.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Hospital. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Hospital a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 24 de abril de 2025.

IDERALDO
LUIZ
AGOSTINHO
DE
MORAES 55.969
254.777

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O

IDERALDO
LUIZ
AGOSTINHO
DE
MORAES 55.969
254.777

Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0

Jardim Camburi – Vitória-ES
Caixa Postal 01-0904
CEP 29.090-973

(27) 3026-5345 - 3337-9383
dagostini@dagostiniauditoria.com
dagostiniauditoria.com
Registro CVM nº 8362

Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.c	12.753.878	7.765.059	Fornecedores de materiais e serviços		23.894.419	29.948.624
Contas a receber	5.d	31.170.100	19.745.995	Empréstimos	9.b	17.726.922	2.674.172
Estoques diversos	5.e	7.120.250	6.356.793	Obrigações com pessoal		6.444.034	2.207.864
Demais contas a receber	5.f	17.534.933	3.169.303	Férias e encargos a pagar		7.773.312	6.833.253
Despesas do exercício seguinte	5.g	27.956	65.289	Tributos retidos e encargos		3.436.987	1.749.943
		68.607.117	37.102.438	Parcelamentos previdenciários e serviços	9.f	2.869.818	1.094.637
				Subvenções a realizar		27.993.425	5.932.472
Não Circulante				Receita de subvenções a realizar	9.h	2.128.550	2.128.550
Realizável a longo prazo				Demais contas a pagar		17.512	20.656
Contas a receber	5.d	15.487.098	14.052.586			92.284.578	52.590.070
Títulos de Capitalização	5.h	500.000					
Depósitos judiciais	5.i	447.018	406.867	Não Circulante			
		16.434.116	14.459.453	Empréstimos	9.b	14.468.891	3.225.000
Investimentos	6	7.200.000		Parcelamentos previdenciários e serviços	9.f	12.838.893	16.152.522
Imobilizado	7	49.307.645	46.442.300	Receita de subvenções a realizar	9.h	14.759.572	14.759.572
Intangível	8	1.580.000	1.350.000	Provisão para contingências	9.i	7.665.851	7.665.851
		74.521.761	62.251.753			49.733.207	41.892.945
				Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social acumulado		6.984.965	5.712.642
				Ajuste de avaliação patrimonial	10.b	14.203.093	15.475.417
				Ajuste de exercício anterior		(611.237)	
				Deficit acumulados		(19.485.728)	(16.226.853)
						1.111.093	4.961.176
Ativo total		143.128.878	99.354.191	Total do passivo + Patrimônio Líquido		143.128.878	99.354.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim
Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
Em reais (R\$)

	Nota	2024	2023
Receita operacional		281.528.049	239.088.676
Contratualização SUS		187.208.242	152.748.585
Serviços conveniados		18.030.509	18.522.954
Demais serviços hospitalares	11.b	16.332.818	11.437.577
Subvenções governamental		11.182.000	14.022.838
Contribuições e doações	11.d	1.123.321	4.514.085
Benefícios previdenciário e fiscal	12	45.764.785	37.449.081
Outras receitas operacionais		1.886.373	393.557
Custos e despesas operacionais		(278.007.622)	(234.507.270)
Salários, ordenados, 13º, férias, e indenizações		(87.485.297)	(64.791.764)
Serviços de terceiros- pessoas jurídicas		(46.874.931)	(41.602.449)
Serviços de terceiros - pessoas físicas		(13.143.165)	(11.497.869)
Despesas e encargos com pessoal		(4.181.730)	(5.342.679)
Materiais hospitalares		(51.014.375)	(43.533.215)
Obrigações incentivadas		(46.359.087)	(37.449.081)
Depreciação de bens		(8.140.016)	(7.276.374)
Perdas diversas/glosas		(496.274)	(5.065.636)

Água, luz, gás e limpeza	(7.059.356)	(6.045.390)
Manutenção e consertos	(4.149.422)	(2.916.084)
Despesas jurídicas	(940.060)	(755.613)
Locações de bens e imóveis	(4.404.318)	(3.834.128)
Materiais de expediente	(1.521.758)	(1.074.632)
Transportes	(520.785)	(270.486)
Comunicações	(95.525)	(70.967)
Divulgação e publicidade	(975.494)	(750.844)
Custo de captação de recursos	(35.855)	(390.140)
Hotelaria	-	(88.082)
Viagens	(416.902)	(287.716)
Seguros	(97.652)	(123.719)
Informática	-	(119.825)
Impostos e taxas	(11.681)	(16.209)
Doações	-	(972.627)
Despesas gerais	(83.940)	(231.739)
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro	3.520.426	4.581.407
Despesas financeiras	(7.127.732)	(5.378.592)
Receitas financeiras	368.460	2.069.509
Superávit (Déficit) líquido do exercício	(3.238.845)	1.272.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim
Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
Em reais (R\$)

	Nota	2024	2023
Superávit (Déficit) líquido do exercício		(3.238.845)	1.272.323
Outros resultados abrangentes		(611.237)	
Resultado abrangente do exercício		(3.850.082)	1.272.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim
Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (método indireto)
Em reais (R\$)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(3.238.845)	1.272.323
Ajuste de exercício anterior	611.237	
Depreciação e amortização	8.140.016	7.276.374
Superávit (déficit) ajustado:	5.512.407	8.548.697
Demais variações:	(7.162.295)	19.669.084
Diminuição (aumento) nas contas a receber	(12.858.617)	5.960.455
Diminuição (aumento) nos estoques	(763.457)	(637.642)
Diminuição (aumento) nas despesas antecipadas	37.333	(9.211)
Diminuição (aumento) nas demais contas a receber	(14.365.630)	(430.707)
Diminuição (aumento) em títulos de capitalização	(500.000)	
Diminuição (aumento) em depósitos judiciais	(40.152)	
Aumento (diminuição) com fornecedores de mat. e serviços	(6.054.206)	10.568.407
Aumento (diminuição) nas obrigações com o pessoal	4.236.170	(835.811)
Aumento (diminuição) nas obrigações com férias e encargos	940.060	259.801
Aumento (diminuição) com tributos, encargos e serviços	1.686.844	(660.360)
Aumento (diminuição) dos parcelamentos previdenciários e serviços	(1.538.448)	(8.741.857)
Aumento (diminuição) com subvenções a realizar	22.060.953	1.486.709
Aumento (diminuição) das receitas com subvenções a realizar	-	-
Aumento (diminuição) nas demais obrigações	(3.144)	12.709.300
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	(1.649.887)	28.217.781
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(5.506.618)	(18.476.006)
Imobilização em andamento	(6.053.037)	
Aquisição de intangível	(230.000)	
Aporte de capital em operadora de plano de saúde	(7.200.000)	
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(18.989.655)	(18.476.006)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos (pagos) contraidos	25.628.361	(4.798.823)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	25.628.361	(4.798.823)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	4.988.819	4.942.952
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades no início do exercício	7.765.059	2.822.107
Disponibilidades no final do exercício	12.753.878	7.765.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim
Demonstração Mutação do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
Em reais (R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déf.) do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2022	5.712.642	16.029.710	(18.053.500)	3.688.852
Incorporação do superávit	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial-realização	-	(554.294)	554.294	-
Superávit do exercício (déficit)	-	-	1.272.323	1.272.323
Em 31 de dezembro de 2023	5.712.642	15.475.417	(16.226.883)	4.961.176
Incorporação do superávit	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial-realização	-	(554.294)	554.294	-
Ajuste de exercício anterior	-	-	(611.237)	(611.237)
Superávit do exercício (déficit)	-	-	(3.238.845)	(3.238.845)
Em 31 de dezembro de 2024	5.712.642	14.921.123	(19.522.671)	1.111.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
Em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A Entidade foi fundada em 02 de junho de 1958, com sede e foro na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo. É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e operações de caráter filantrópico, tendo como objetivos: a) a prestação de assistência médica e hospitalar gratuita a pessoas que reconhecidamente não disponham de recursos nem usufruam direitos para tanto, sem distinção de qualquer natureza; b) prestar assistência no setor da saúde a quantos procurarem seus serviços; e c) assistir espiritualmente a quantos necessitarem por meio do serviço de capelania.

2. Registros, inscrições e certidões legais

A Entidade possui as seguintes informações sobre os registros e inscrições:

- CNPJ/MF nº 27.193.705/0001-29.
- Inscrição Municipal: 6508-1.
- Inscrição Estadual: 080.048.63-3.
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área de Saúde, concedido pela Secretaria de Atenção à Saúde, órgão do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº. 1.388 de 10 de dezembro de 2020, com validade até 20 de setembro de 2021, e Protocolo de Renovação2 CEBAS nº. 25000.171294/2021-17, de 21/09/2021, aguardando deferimento, conforme declaração de Tempestividade através da SEI/MS – 0023964564.
- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, válida até 04/08/2024, emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
- Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, válida até 22/03/2024.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até 01/09/2024, emitida pela Justiça do Trabalho.
- Certidão Negativa de Débitos nº. 011/2024, com validade até 24/03/2024, emitida pela Secretaria Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

Certidão Positiva de Débito Fiscal com Efeito de Negativa para com a Fazenda Pública Estadual nº 20240000313001, válida até 05/06/2024, emitida pelo Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Fazenda.

3. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas aplicadas às entidades sem fins lucrativos, entre as quais aquelas determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a ITG 2002 (R1), NBC TG 1000 (R1)- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e, de forma complementar, os dispositivos constantes das Leis nºs. 6.404/76 (Lei das Sas) e alterações, 10.406/02 (Código Civil), a Lei Complementar 187/21 (que, entre outros, dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal) e o Decreto nº. 9.850/20, que regulamenta o Imposto de renda.

A Administração da Entidade declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade específicas para tais Entidades, incluindo a adequação aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando pertinente. As demonstrações financeiras são elaboradas em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas periodicamente em período não superior a um ano.

A Entidade tem como moeda funcional o Real, que também é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

A autorização para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 23 de abril de 2025.

5. Práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Entidade estão descritas a seguir:

a) Apuração do superávit ou déficit, receitas e despesas

As receitas e as despesas necessárias à manutenção das atividades da Entidade são registradas mediante a documentação hábil e pelo regime de competência, nos termos do item 8 da ITG 2002 (R1), e inclui as doações, subvenções, contribuições e as aplicação de recursos.

b) Subvenções e doações

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a Seção 24, da NBC TG 1000 (R1) – Subvenção governamental, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumprida todas as condições estabelecidas e relacionadas às subvenções, inclusive critério de contabilização e reconhecimento do resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e bancos em moeda corrente, as quais são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

	2024	2023
Caixa	117.095	104.767
Depósitos em bancos	329.818	741.883
Aplicações financeiras	12.306.965	6.918.410
	12.753.878	7.765.059

d) Contas a receber

É reconhecida mediante os valores constantes de documentos e instrumentos emitidos a favor da Entidade, decorrentes da prestação de serviços hospitalares, como segue:

	Curto prazo		Longo prazo		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Créditos a receber por prestação de serviços	32.133.250	20.709.144			32.133.250	20.709.144
Fornecedores diversos - HECI			7.301.928	5.870.307	7.301.928	5.870.307
Recursos de glosas			6.709		6.709	0
Convênios a receber			9.087.603	9.091.421	9.087.603	9.091.421
(-) Provisão para perdas sobre créditos a receber	-963.150	-963.150	-909.142	-909.142	-1.872.292	-1.872.292
	31.170.100	19.745.995	15.487.098	14.052.586	46.657.198	33.798.581

É constituída provisão em base considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e para tanto são considerados os valores de inadimplência mais antigos.

e) Estoques:

Os estoques referem-se a medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

Estão assim representados:

	2024	2023
Medicamentos	2.116.871	2.197.249
Material hospitalar	3.215.306	2.365.170
Outros materiais	1.788.072	1.794.373
	7.120.250	6.356.793

f) Demais contas a receber

É reconhecida mediante os valores constantes de documentos e instrumentos emitidos a favor da Entidade, decorrentes de operações a serem recebidas em 2025, como segue:

	2024	2023
Salários - HECI	40	90
Fornecedores diversos	3.557.256	2.969.478
Cheques/Cartão a receber	202.254	195.235
Bloqueios judiciais	444.934	4.500
Subvenções a receber	13.330.449	
	17.534.933	3.169.303

g) Despesas de exercicios seguinte

	2024	2023
Prêmio de seguros contratados	27.956	65.289
	27.956	65.289

h) Título de capitalização

	2024	2023
Capitalização Santander	500.000	
	500.000	-

i) Depósitos judiciais

Valores depositados conforme decisões judiciais, referentes a processos trabalhista e cível, aguardando definição para a sua realização.

	2024	2023
Trabalhista	200.215	160.063
Cível	246.804	246.804
	447.018	406.867

6. Investimentos

Refere-se a aporte de capital na operadora de planos de saúde Trino – Aliança Filantrópica de Assistência e Integração para Desenvolvimento da Saúde, cuja instituição é compartilhada pela entidade juntamente com a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim e Hospital Materno Infantil “Francico de Assis”.

7. Ativo Imobilizado

É representado pelos seguintes valores:

	Taxa de depreciação (a.a.)	Em 31 de dezembro de 2023	Longo prazo			Em 31 de dezembro de 2024
			Adições	Baixa	Transferências	
Custo						
Terrenos	0%	5.023.100				5.023.100
Edificações	4%	32.065.459	440.000			32.505.459
Máquinas e equipamentos hospitalares	10%	62.601.178	5.537.436	815.146		67.323.469
Equipamentos de informática	20%	9.357.424	463.099	169.905		9.650.618
Móveis e utensílios	10%	7.803.457	961.219	910.084		7.854.591
Veículos não hospitalares	20%	654.790				654.790
Imobilizações em curso	0%		7.015.057	962.020		6.053.037
Total		117.505.408	7.401.754	1.895.136		129.065.084
(-) Depreciação acumulada		(71.063.108)	(8.694.310)			(79.757.418)
Saldo do imobilizado		46.442.300	(1.292.556)	1.895.136		49.307.645

A entidade tem mantido a política de aplicar parte de seus recursos financeiros na modernização de sua estrutura física e operacional.

O imobilizado está representado pelos bens operacionais, registrados pelo seu custo de aquisição, conforme documento de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme taxas descritas no quadro acima. Exceto imóveis, não foram aplicados sobre eles a permissão contida na NBC TG 37 (5), com as alterações até 24/11/17, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, quanto aos custos iniciais de adaptação às normais internacionais.

Em 2018 foi avaliado a preço de mercado os valores dos terrenos e edificações. A avaliação compreendeu a determinação do valor justo, a preço de mercado, dos imóveis através de Laudo feita por três profissionais do mercado imobiliário, com registros no CRECI/ES e CNAI, para efeitos da adoção do custo inicial do valor dos imóveis, que atendem plenamente as exigências legais e contábeis para a sua aplicação.

8. Ativo Intangível

Trata-se de solução tecnológica de inteligência artificial utilizada nas operações da entidade, de vida útil indefinida, cujo valor se acha apresentado no quadro seguinte:

	Taxa de amortização (a.a.)	Em 31 de dezembro de 2023	Adições	Baixa	Transferências	Em 31 de dezembro de 2024
Software		1.350.000	230.000			1.580.000
Total		1.350.000	230.000	-	-	1.580.000
(-) Amortização acumulada		-	-	-	-	-
Saldo do intangível		1.350.000	230.000	-	-	1.580.000

9. Obrigações

a) Fornecedores de materiais e serviços

Representa materiais e serviços adquiridos e utilizados nas atividades operacionais da Entidade, reconhecidos ao valor da documentação ou dos contratos correspondentes.

b) Empréstimos

Compõem-se de valores relativos a empréstimos para capital de giro, exigíveis a curto e longo prazo, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Instituição	Taxa a.a.	Curto prazo		Longo prazo		Total	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Banesles	9,64%		1.562.500			-	1.562.500
Banesles	14,03% + CDI		211.667			-	211.667
Banesles	2,42% + CDI	4.169.209	900.000	10.490.771	3.225.000	14.659.980	4.125.000
Banesles	2,67% + CDI	965.112		3.978.120		4.943.231	-
Banesles	15,38% + CDI	5.290.125				5.290.125	-
Sicredi	4,28% + CDI	3.737.597				3.737.597	-
Santander	12,76% + CDI	3.564.779				3.564.779	-
Total		17.726.822	2.674.167	14.468.891	3.225.000	32.195.713	5.899.167

Os valores estão de acordo com os instrumentos financeiros contratados e extratos das respectivas instituições financeiras,

As obrigações encontram-se registradas por seu valor presente, descontados os encargos futuros, através do reconhecimento dos encargos a transcorrer, a serem registrados à medida de sua efetiva ocorrência, atendendo o princípio da competência.

c) Obrigações com pessoal

Refere-se obrigações decorrentes da folha de pagamento de dezembro de 2024, a serem pagas no início de 2025.

d) Férias e encargos a pagar

O valor considera as férias e respectivo encargos (FGTS e adicional) devidos na data de 31 de dezembro de 2024.

e) Tributos retidos e encargos

Representa obrigações com tributos, encargos e contribuições retidos na fonte tanto sobre folha de pagamento de empregados quanto sobre pagamentos efetuados a prestadores de serviços.

f) Parcelamentos previdenciários e serviços

Trata-se de valores advindos de obrigações decorrentes de parcelamentos concedidos pelos entes de direito, e que tem os vencimentos a partir de 2025, como apresentado.

	Curto prazo		Longo prazo		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Parcelamento INSS e RFB (1)	1.068.049	796.777	2.871.027	3.453.077	3.939.076	4.249.854
(-) Encargos a transcorrer			(514.583)		(514.583)	
BRK Ambiental (2)	152.997	262.281			152.997	262.281
Esceisa Energia Elétrica S/A (3)	1.615.930		10.441.397	12.699.446	12.057.327	12.699.446
SAAE (4)	32.842	35.579	41.052		73.894	35.579
	2.869.818	1.094.637	12.838.893	16.152.522	15.708.711	17.247.159

(1) A Entidade se beneficiou dos diversos programas de parcelamentos advindos do Governo Federal, como o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela Lei nº. 13.496, de 24/10/2017, da Lei 10.522/2002, através do Regime Simplificado - Empresa em Geral e do Pert Ilíc, do mesmo ano. Os parcelamentos abrangeram as obrigações administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e as pendentes na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O programa reduziu o montante das obrigações e concedeu parcelamento. O montante considera, também, dois parcelamentos regulares de 2024.

(2) Valor decorrente do contrato de parcelamento de 29/10/2020 com fornecedora de serviços da área ambiental. O instrumento prevê pagamento em 57 parcelas, com início em novembro/2020 e término em julho/2025 e inclui obrigações vencidas de 2018 a 2020.

(3) Refere-se a valores devido à prestadora de serviço de força e luz e inclui valores advindos desde 2018, que inclui encargos por atraso de pagamentos. A entidade está tratando a forma de pagamento da obrigação, inclusive mediante a contratação de empresa especializada no tipo de negociação, de forma a não impactar o fluxo de caixa da Entidade.

(4) Valor do contrato de parcelamento de 17/03/2022 com fornecedora de serviços de água à Entidade. O instrumento prevê pagamento em 60 parcelas, com início em abril/2022 e término em março/2027 e inclui obrigações vencidas de 2018 a 2020.

g) Subvenções a Realizar

Em atendimento à Seção 24, da NBC TG 1000 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, o valor é pertinente a convênios recebidos de entidades governamentais, cuja realização por custeio ou aplicações em bens, em parte ou total, dar-se-ão a partir de 2025. Os valores a realizar encontram-se depositados ou aplicados em instituições financeiras, sob restrições, garantindo a aplicação de suas importâncias nos diversos objetos constantes nos Convênios.

h) Receitas de Subvenções a Realizar

São valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão ser transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto na Seção 24, da NBC TG 1000 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As realizações podem acontecer por venda, depreciação ou obsolescência dos bens adquiridos. Na Entidade as realizações têm ocorrido devido ao desgaste natural do bem e da aplicação da metodologia da depreciação. As parcelas a serem realizadas em 2025 encontram-se registradas no passivo circulante enquanto aquelas a serem realizadas a partir de 2026 no passivo não circulante, como obrigações de longo prazo.

	Curto prazo		Longo prazo		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	2.128.550	2.128.550	14.759.572	14.759.572	16.888.122	16.888.122
Receitas de subvenções a realizar	2.128.550	2.128.550	14.759.572	14.759.572	16.888.122	16.888.122

i) Provisão para contingências

A Seção 21, da NBC TG 1000 (R1), define os critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, contingências ativas e passivas, assim como as regras de divulgação para entendimento de sua natureza, época e valor. São relacionadas a seguir as informações de direitos e obrigações presentes decorrentes de eventos passados que provavelmente irão gerar entradas ou saídas de recursos financeiros, tendo como base as informações constantes de relatórios de assessores jurídicos da entidade, assim distribuídos:

	2024	2023
SESA – resp. civil 3ºrc. (Incor) (*)	6.965.271	6.965.271
Cíveis	370.580	370.580
Trabalhista	330.000	330.000
	7.665.851	7.665.851

(*) O valor é cobrado pelo Estado, conforme processo nº. 67829546, que envolve procedimentos adotados pela Fundação Instituto do Coração “Dom Luiz Gonzaga Peluzo”, em discussão com a Secretaria de Estado da Saúde. A obrigação foi provisionada em 2014, devido sua inclusão como Dívida Ativa na Receita Estadual, mas encontra-se suspensa por decisão de recurso. Pelo princípio fundamental de contabilidade da “prudência” optou-se pela manutenção da provisão contábil até a decisão jurídica final.

A Entidade é parte envolvida (como ré) em ações judiciais de natureza tributária e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

As ações judiciais que envolvem riscos de perda classificados na avaliação de nossos consultores jurídicos como possíveis não foram provisionados e totalizam o valor de R\$ 12.547.859.

10. Patrimônio Líquido

a) Patrimônio social acumulado

A Entidade tem como prática a incorporação do superávit apurado no ano anterior a seu patrimônio social, na forma estipulada no item 15 da ITG 2002 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, todavia não a adota nas situações de déficits acumulados, até sua absorção por superávits.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Ajuste decorrente da adoção, em 2017, do valor atribuído (deemed cost) aos valores dos imóveis da entidade, nos termos da NBC TG 13, vigente à época, que tratou da adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

A conta apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.475.417
Realização por depreciação dos imóveis (construções)	(1.272.324)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.203.093

O valor da realização encontra-se transferido para o superávit (déficit) do exercício.

c) Déficit acumulados

A situação do déficit advém do resultado apurado em 2021 e será absorvido pelos resultados futuros, quando positivos, cuja movimentação é apresentada a seguir.

Diversas iniciativas vêm sendo adotadas pelos gestores da Entidade, para a solução da situação negativa e melhora financeira e operacional.

11. Origem da receitas

a) Contratualização SUS

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares, no âmbito do Sistema Único de Saúde, conforme Convênios firmados com o governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Saúde e diversos instrumentos de contratualização.

b) Serviços Conveniados

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares por conta de operadoras de plano e seguradoras de saúde, mediante contratos, relativo aos seguintes:

	2024	2023
Unimed – Cachoeiro de Itapemirim	6.902.447	7.125.983
Cassi – Caixa Assis. Banco Brasil	859.600	965.507
Bradesco Seguros	590.461	447.408
Samp	1.806.900	1.986.434
São Bernardo Saúde	2.263.102	2.087.748
GEAP	1.361.567	1.708.541
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	329.299	215.642
Banescaixa	454.843	387.752
Consórcio Intermunicipal	246.378	354.263
Amil	231.811	273.824
C.E.F.-PAMS	242.576	286.331
Petrobrás	415.568	148.908
Trino Aliança Filantrópica de Assistência e Int	1.624.658	428.900
SUL – AMÉRICA	28.637	
C.S.T	5.736	
CAPE- SAÚDE	96.067	
Demais convênios	639.174	779.744
Convênios a faturar	(68.317)	1.325.968
	18.030.509	18.522.954

c) Demais serviços hospitalares

Receitas decorrentes da prestação de serviços a particulares e demais procedimentos de serviços, incluindo a Filial no Município de Itapemirim – ES, como segue:

Descrição	2024	2023
Pacientes particulares	2.963.407	2.975.626
Serviços de Ressonância Magnética	500.958	589.082
Serviços de Tomografia	560.537	440.634
Serviços de Ultrassonografia	182.724	104.298
Exames laboratoriais	272.035	210.744
Radiologia	57.966	52.997
Oftalmologia	96.670	139.822
Piso enfermagem – Portaria MS 1135/23	11.679.423	6.908.940
Outros serviços	19.100	15.434
	16.332.819	11.437.577

d) Contribuições e doações

Contribuições e doações feitas por particulares, pessoas físicas e jurídicas, para aplicação nos objetivos fins da entidade, como segue:

Descrição	2024	2023
Recursos fornecidos pelas Igrejas Evangélicas Mantenedoras	18.000	14.400
Recursos pelo RECICLAHECI (Programa Seletivo de Coleta)	16.845	15.693
Captação Recursos (Eselsa)	279.687	143.464
Contribuição de pessoas jurídicas	516.028	4.046.133
Contribuições de pessoas físicas	40.507	53.626
Trabalho voluntário-item 19 da ITG 2002(R1)	252.254	240.769
	1.123.321	4.514.085

12. Imunidade previdenciária e tributária

A entidade está imune do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através dos Certificados relacionados na nota explicativa “2”, por atender aos requisitos contidos na Lei Complementar nº. 187/2021 e inciso 6º, art. 150 da CF/88.

Benefícios previdenciário e fiscal usufruídos

Em 2024 foi reconhecido contabilmente o valor dos benefícios previdenciário e fiscal usufruídos sobre as operações hospitalares, acarretando a inserção do benefício usufruído na demonstração de resultado apurado, como segue:

	2024	2023
Previdenciária:		
Sobre a folha de pagamento, autônomos e fornecimento de mão-de-obr	26.885.715	21.208.518
Impostos e contribuições federais:		
a) COFINS – sobre as receitas faturadas (base lucro real)	7.171.701	5.783.138
b) Pis – sobre as receitas faturadas (base lucro real)	1.557.014	1.255.550
c) IRPJ – sobre o superávit (base lucro real)	-	-
d) CSLL – sobre o superávit (base lucro real)	-	-
Municipal:		
ISS sobre os serviços hospitalares prestados	10.150.356	9.135.456
Total	45.764.785	37.382.661

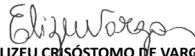
Os cálculos dos impostos federais consideraram a utilização da sistemática de apuração pelo Lucro Real. O valor total das isenções encontra-se aplicado integralmente na manutenção das operações sociais do Hospital. Os valores encontram-se registrados nas respectivas contas de despesas relativas aos impostos e contribuições, assim como sua contrapartida em receitas.

13. Seguros contratados (não auditados)

A entidade mantém seguros destinados à cobertura de bens imóveis e veículos, em montante que a administração julga suficiente face aos riscos envolvidos.

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis acima e suas notas explicativas,

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 31 de dezembro de 2024.


ELIZEU CRISÓSTOMO DE VARGAS
Presidente


MICHELLE HENKE OLIVEIRA
Téc. Contabilidade CRC-ES 017214/O-2

CONSELHO FISCAL DO HOSPITAL EVANGÉLICO
DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Aos Srs.:
Membros do Conselho de Administração do
HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Nesta

PARECER FISCAL REFERENTE AO ANO DE 2024

Senhores Associados,

Em atenção às disposições estatutárias da Seção III, art. 23, 24 e 25, do Estatuto Social, o Conselho Fiscal informa seu parecer sobre o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2024.

Considerando que este Conselho Fiscal realizou três reuniões presenciais tendo acesso aos documentos fiscais de Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024, e em sua análise periódica da documentação, conforme Art. 25 do Estatuto Social, salientamos que os referidos documentos contábeis encontram-se devidamente arquivados e autorizados em acordo com as normas em vigor.

Considerando que o setor contábil do HECI respeita as normas e princípios regidos pelas Leis e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Assim sendo, o Conselho Fiscal manifesta parecer favorável à aprovação do Balanço Patrimonial como está em sua forma.

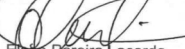
Cachoeiro de Itapemirim, 24 de abril de 2025.

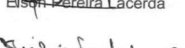

Nelson Souza Melhorato


Wesley de Oliveira Souza Bernardo


Alessandra Sathier Rosa


Sérgio Antônio Bertholi Schmid


Elson Pereira Lacerda


Hélio Lengrubér


Alexandre Costa Simões